



8º Fórum Mundial da Água

Relatórios das Mesas Redondas

Os Relatórios foram preparados pelos Moderadores das Mesas Redondas, sob sua própria responsabilidade, com base nas opiniões expressas, durante a sessão, por Ministros, Chefes de Delegações e outras autoridades de alto nível. As opiniões expressas neste Relatório não serão interpretadas como o consenso dos participantes da Mesa-Redonda, nem serão tomadas como a representação das opiniões acordadas entre os participantes da Conferência Ministerial.

1- “Clima”

A "Mesa Redonda do Clima" da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água foi realizada em Brasília, Brasil, em 19 de março de 2018. A Mesa Redonda foi moderada pelo Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Teve, como principais debatedores, o Sr. Carlos Esteves, Diretor-Geral de Recursos Hídricos do Chile, e o Sr. Je-chul Yoo, Vice-Ministro do Meio Ambiente da República da Coréia. A introdução temática foi apresentada pelo Sr. Daene C. McKinney, em nome do Processo Temático do 8º Fórum Mundial da Água.

Principais questões discutidas

- Água é área em que os impactos adversos da mudança do clima são mais evidentes. A mudança do clima, o maior desafio do nosso século, afeta negativamente a disponibilidade, a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos, impactando o direito humano de acesso à água.
- Os impactos adversos da mudança do clima concentram-se em: mudanças no ciclo hidrológico, nos padrões pluviais, nos glaciares e no aumento da probabilidade e na intensidade de eventos hidrológicos extremos como secas e enchentes, com sérios impactos sobre outras áreas, como a saúde.

- Outros impactos não diretamente relacionados ao ciclo hidrológico, como aumento do nível do mar, têm efeitos negativos severos sobre a qualidade hídrica em regiões costeiras, que concentram parcela expressiva da população mundial.
- Todos são vulneráveis às pressões da mudança do clima sobre os recursos hídricos, mas países em desenvolvimento, que menos contribuíram para o problema, serão desproporcionalmente impactados.

Principais mensagens políticas

- Com o aumento da escassez devido à diminuição da disponibilidade de água, a segurança hídrica é a preocupação central das medidas de adaptação aos impactos adversos da mudança do clima.
- Reiterou-se o compromisso com a implementação do Acordo de Paris, inclusive as NDCs, com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como marco para respostas aos desafios relacionados à água e mudança do clima.
- Para aprimorar a resiliência, houve consenso sobre a incorporação da gestão hídrica como componente central de medidas de adaptação.
- Também se destacou a importância de integrar medidas de adaptação aos planos de manejo para bacias hidrográficas, de gestão de enchentes e de secas.
- Análises de vulnerabilidade a nível local e índices de vulnerabilidade, com "downscaling" de modelos globais, oferecem outras ferramentas importantes.
- As políticas e medidas devem ter base científica e serem construídas de maneira inclusiva e participatória.
- As iniciativas também devem articular os diferentes níveis de governo e os interessados e impactados da sociedade. Destacaram-se diferentes alianças e iniciativas internacionais para buscar soluções para água e clima. É importante disseminar a cultura de adaptação na gestão pública.
- Melhor diálogo entre a ciência e o processo decisório é importante. Nesse contexto, investimentos em pesquisa científica relacionadas a recursos hídricos e mudança do clima são ainda muito inferiores ao necessário.
- Foi destacada a importância de se considerar onexo água, energia e alimentos no planejamento de medidas de adaptação e seus co-benefícios em mitigação. Dessalinização é elemento importante para diversos países

responderem à escassez, com potenciais co-benefícios para redução de emissões.

Áreas que necessitam mais trabalho/debate:

- Foi mencionado que as questões hídricas devem ser consideradas sistematicamente no processo da UNFCCC, considerando que água não é um setor, mas um componente/conector.
- As questões de financiamento são essenciais, visto que os recursos atuais são insuficientes para apoiar as ações de adaptação relacionadas a recursos hídricos, com co-benefícios para mitigação. Novas soluções inovadoras de financiamento devem ser encontradas e discutidas para responder às necessidades dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, a Decisão 1/COP-21, que aprovou o Acordo de Paris, oferece uma potencial rota para apoiar o desenvolvimento de instrumentos apropriados de financiamento, ao reconhecer o valor social, econômico e ambiental das ações voluntárias de mitigação e seus co-benefícios para a adaptação, a saúde e o desenvolvimento sustentável (par. 108).

2- “Pessoas”

A “Mesa Redonda sobre Pessoas” da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água foi realizada em Brasília, Brasil, em 19 de março de 2018. A Mesa Redonda foi moderada pela Secretária Nacional de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, Sra. Juliana Simões, e teve como debatedores principais o Monsenhor Bruno-Marie Duffé, da Santa Sé, e o Sr. Faisal Sultan F. Alsubaie, da Arábia Saudita.

Principais questões discutidas:

- Acesso seguro à água e ao saneamento para todos no contexto dos novos desafios colocados pela Agenda 2030.
- Elaboração e implementação de políticas para água e saneamento, levando em consideração elementos técnicos, financeiros, ambientais, culturais e religiosos;
- Participação inclusiva da comunidade e da sociedade civil na elaboração das políticas públicas;
- Coordenação global de governos e organizações internacionais na provisão segura de água e de saneamento;

- Educação sobre a importância da água, levando em conta tanto a educação formal e conhecimentos tradicionais e a cultura oral;
- Provisão segura de água e saneamento no contexto da atual crise de refugiados;
- Exemplos e análises de políticas públicas e a evolução das estatísticas nos últimos anos a respeito de água e saneamento em Angola, no Brasil, na Letônia, na Tailândia e na Turquia;

Principais mensagens políticas:

- O fornecimento seguro de água e saneamento requer a mobilização de importantes recursos, que só podem ser atingidos mediante apoio político decisivo. As metas estabelecidas pela ONU em 2010 estão longe de ser atingidas e enfrentam riscos crescentes: desflorestamento, poluição, mudança do clima, conflitos armados etc.
- As autoridades públicas devem elaborar políticas que definam prioridades e a partir disso tomar ações concretas, levando em consideração elementos como o arranjo institucional, finanças, governança e educação;
- O acesso à água está no centro da criação dos assentamentos humanos. Em última instância, a água pertence à comunidade e deve ser gerenciada tendo isso em mente. Se queremos que a solidariedade e paz vicejem, a água deverá estar disponível a todos de uma maneira responsável e segura;
- A água não é apenas um meio de sobrevivência material, mas abrange também dimensões religiosas e espirituais, definindo a própria identidade das comunidades. Isso implica que a água não pode ser tratada como uma mercadoria convencional;
- As pessoas precisam estar informadas a fim de tomarem as melhores decisões no que tange ao uso da água e à provisão de saneamento. As políticas públicas devem educar as pessoas acerca da importância da água, especialmente no contexto de crescente escassez e estresse ambiental;
- Como o fornecimento de água normalmente tem implicações que vão além das fronteiras nacionais, a coordenação e a cooperação internacional devem ser reforçadas;
- Fundos internacionais devem estar disponíveis a fim de se enfrentar os novos desafios, tais como a crise de refugiados, os desastres ambientais, as mudanças do clima e a crescente urbanização.

Áreas que necessitam mais trabalho/debate:

- Embora necessário, não há ainda consenso acerca de como deve dar-se a coordenação internacional no uso e na provisão segura de água. Não se conhecem os eventuais mecanismos globais que poderiam agir nesse sentido;
- Acesso à água e titularidade requerem discussões democráticas sérias, nos níveis nacional e internacional. Não há modelo universal disponível;
- O modelo de legislação que deve ser colocado em prática a fim de garantir ampla cobertura e provisão segura de água tampouco está disponível.

3- “Desenvolvimento”

A "Mesa-Redonda sobre Desenvolvimento" da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água teve lugar em Brasília, Brasil, no dia 19 de março de 2018. A Mesa-Redonda foi moderada por Ney Maranhão, Diretor da Agência Nacional de Águas, e contou com a liderança de Sulton Rahimzoda, vice-ministro da Energia e Recursos Hídricos do Tadjiquistão. A introdução do tema foi apresentada por Marlos de Souza, em nome da Comissão do "Processo Temático" do 8º Fórum Mundial da Água.

Principais questões discutidas:

- As discussões foram divididas em duas rodadas;
- Na primeira rodada de debates, os participantes foram convidados a comentar e responder às seguintes questões oferecidas à consideração da Comissão Temática: a) "como a disponibilidade de água está afetando o desenvolvimento de seu país?"; e b) "quais são os impedimentos atuais para o gerenciamento sustentável da água em seu país?";
- Na segunda rodada, os participantes foram convidados a compartilhar suas opiniões sobre as seguintes questões: c) "como a água pode ser usada de forma mais eficiente e sustentável?"; d) 'se você pudesse mudar os arranjos de governança da água em seu país, o que você faria?'; e e) 'o que deve ser feito para acelerar a implementação completa do 'Nexus Approach' a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da gestão da água?';
- Estas questões foram abordadas pelos representantes depois que o Interventor Principal estabeleceu o cenário, de acordo com a perspectiva de seu país, o Tadjiquistão;

Principais mensagens políticas

- Acordou-se que o desperdício de água é a maior dificuldade que temos de enfrentar, uma vez que a água desempenha um papel crítico para o desenvolvimento sustentável. Desde a segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental, a água contribui para a melhoria no bem-estar social e o crescimento inclusivo, afetando o modo de vida de bilhões de pessoas;
- Tipicamente, as crises da água estão ligadas a fatores não restritos a questões naturais ou de infraestrutura. A governança da água está no centro das crises de suprimento de água induzidas pelo ser humano. Provavelmente, a maioria das crises não atribuídas a causas naturais poderia ter sido evitada por boas práticas de governança da água. Nesse sentido, temos que aprender a gerenciar melhor a disponibilidade de água, levando em conta não apenas a necessidade de captação de mais água onde há situação de escassez, mas também de controle da demanda e do uso ineficiente da água, bem como as perdas físicas. A alocação de água para todos os usuários torna-se uma questão crítica;
- O papel do setor privado no processo de recuperação de custos e especialmente na conscientização de usuários e consumidores de água também foi mencionado. A água é um recurso finito e, portanto, não pode ser considerada como um dado da realidade. Os recursos dirigidos a construir infraestrutura também devem incluir os custos de manter essa infraestrutura ao longo de sua vida útil;
- A falta de dados representa um problema para a implementação de políticas. A coleta e o compartilhamento de dados são fundamentais para o uso adequado dos recursos dos orçamentos nacionais, para a condução de avaliações precisas e a tomada de decisões sobre gerenciamento de água;
- Alguns países têm o gerenciamento de água confiável como componente importante da segurança nacional (Tadjiquistão); outros, como fonte de segurança energética e até mesmo um catalisador da estabilidade política (Sudão); pequenos países insulares podem estar expostos à situação crônica de estresse hídrico, que pode induzir migrações (República Dominicana e Haiti); os países podem não ter problemas com a disponibilidade, mas têm dificuldades para processar a quantidade de água que possuem (Brunei);
- Israel levantou a questão da seca do rio Jordão e do declínio dos níveis do Mar Morto. Os EUA comentaram sobre a necessidade de construir infraestrutura mais barata e eficaz e a batalha permanente por opções de financiamento;
- As necessidades crescentes dos países em desenvolvimento também foram postas em evidência, especialmente no que se refere ao impacto das mudanças do clima e à necessidade urgente de fornecer mais alimentos,

energia, bens e cidades habitáveis para populações em crescimento, evidenciando assim o Nexo Água-Energia-Alimentos (Índia e Brasil). Alguns países podem ser mais vulneráveis a essas mudanças, impactando a produção de alimentos e energia;

- Compartilhar água entre diferentes setores também se tornou uma tarefa desafiadora para os tomadores de decisão e os governos. Na Austrália, o desequilíbrio entre a disponibilidade de água renovável e o nível de consumo é o cerne das preocupações do país;
- Myanmar enfrenta distribuição desigual das precipitações e tem que construir infraestrutura para direcionar água para áreas secas. 95% do consumo de água ocorre nas cidades. Existe necessidade especial neste país de integrar a gestão da água;
- Mais de 95% da eletricidade no Tadjiquistão é proveniente de energia hidrelétrica. Uma vez que mais de 70% da população vive em áreas rurais, a água é importante não só para irrigação, mas como fonte de emprego;

Resumo

Depois de ouvir as intervenções, foi possível fazer um resumo do que foi discutido e das principais conclusões:

- Um bom sistema de governança é de suma importância para apoiar o esforço de desenvolvimento econômico de um país. Este sistema de governança é feito de leis, tecnologia (infraestrutura), instituições, recursos humanos, ferramentas de gerenciamento e protocolos;
- A integração também é fundamental, tanto vertical (níveis) quanto horizontal (setores). A integração deve ser melhorada entre os setores usuários e as partes interessadas;
- O desenvolvimento depende de uma série de fatores, não só uma causa. Dentre eles, sobressaem educação, infraestrutura, tecnologia, estratégias de financiamento, condições fisiográficas (solo, clima, entre outros). Se um deles está ausente, o desenvolvimento é afetado de alguma forma;
- Para sustentar esta tese, o moderador apresentou alguns exemplos da conexão estreita entre água e desenvolvimento no Brasil, especialmente relacionados com a frente agrícola pioneira no Centro-Oeste.

Durante o debate, não houve polêmica ou pontos controvertidos. Muito pelo contrário: cada contribuição única recebeu a aprovação unânime dos presentes e do moderador e o relator não teve dificuldades em organizar o que foi dito e ouvido durante a reunião, como consequência das complementaridades existentes. Por isso, reconhecemos a qualidade das contribuições recebidas e

os interesses manifestados por todos os participantes. Essas declarações também devem ser estendidas aos membros da Comissão Temática que ajudaram a sessão, informando e respondendo a todas as questões.

4- “Urbano”

A mesa redonda "Urbana" da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água teve lugar em Brasília, Brasil, em 19 de março de 2018. A mesa redonda foi moderada pelo Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Edson Duarte, e teve como principais debatedores, a "Sra. Eneida de Léon – Ministra da Habitação, Planejamento Territorial e Meio Ambiente de Uruguai e " Sr. Nuno Lacasta – Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente ". A introdução temática foi realizada pelo "Sr. François Brikké da Global Water Partnership ", em nome do processo temático do 8º Fórum Mundial da água.

Principais temas discutidos:

- O mundo vem passando por um intenso processo de urbanização. Em 2025, haverá 27 megacidades no mundo, das quais 21 estarão localizadas no hemisfério sul. O crescimento populacional acentuado e a ampliação do número de assentamentos humanos informais apresentam desafios adicionais à gestão dos recursos hídricos.
- A mudança do clima se coloca como um particular desafio para a gestão da água e de seu consumo no mundo.
- Escassez de água/déficit hidrográfico afeta as populações em todo o planeta. Cidades no Brasil, África do Sul e Estados Unidos, entre outros lugares, vêm sendo profundamente afetadas pelas secas e irregularidades nos regimes pluviométricos.
- A economia circular, aquela que mantém seus recursos em uso tanto tempo quanto possível e que busca reaproveitar materiais e produtos ao final de cada ciclo de uso, é uma tendência para o futuro das cidades e do planeta.
- A capacidade de gestão e utilização da água nas cidades está profundamente ligada às bacias que as abastecem e devem ser vistas de forma integrada.
- Governança, participação e interface com outras agendas são necessários. Deve ser buscada uma abordagem holística dos desafios relacionados com o déficit hídrico nas cidades. A administração e o consumo de recursos devem estar relacionados ao planejamento das cidades e de sua arquitetura urbana.

- Necessidade de se buscar meios para financiar o déficit no abastecimento e saneamento, especialmente nas regiões mais carentes.
- É necessário investir em conhecimento, pesquisa e intercâmbio para gestão de riscos, mitigação e adaptação

Principais mensagens políticas

- O empoderamento das cidades e municípios é essencial para enfrentar os problemas no nível local, incluindo aqueles relacionados ao uso e gestão da água.
- À medida que mais responsabilidades são concedidas às cidades, os governos nacionais devem repassá-lhes recursos financeiros adequados para a implementação das políticas de gestão de recursos hídricos.
- É necessário desenvolver políticas nacionais integradas em gestão de recursos hídricos, utilização e manejo dos solos, de gestão de resíduos sólidos e de acesso às infraestruturas urbanas, bem como em novas tecnologias, eficiência, reúso e combate ao desperdício.
- Deve ser dada prioridade às necessidades das populações mais pobres, que são as mais vulneráveis e que mais carecem de acesso aos recursos hídricos. É necessário ter como objetivo nas sociedades nacionais o acesso universal aos recursos hídricos e ao saneamento básico.
- Os governos em todos os níveis devem envidar todos os esforços necessários para implementar o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6, assim como vários outros que fazem interface com o tema
- Programas de educação ambiental precisam ser desenvolvidos de forma a sensibilizar os cidadãos para os desafios ambientais, em particular àqueles relacionados ao uso e gestão de recursos hídricos.
- Os órgãos dos governos nacionais e subnacionais devem engajar seus cidadãos em discussões e deliberações relacionadas com a gestão de recursos hídricos.

Áreas onde é necessário mais trabalho:

- Fortalecer a gestão participativa e os seus instrumentos de participação, a exemplo dos comitês, fóruns.
- As parcerias público-privadas devem ser mais exploradas para lidar com a gestão de recursos hídricos e para racionalizar sua utilização para enfrentar questões relacionadas à sua escassez.

- As parcerias entre Estados e municípios devem ser fortalecidas, a fim de possibilitar o compartilhamento de informações e para divulgar as melhores práticas e tecnologias conexas ao uso de recursos hídricos.
- Deve ser buscada a descentralização de arrecadação dos recursos financeiros dos Estados, incluindo através de reformas de regimes fiscais, para que as cidades sejam capazes de implementar políticas para enfrentar os desafios relacionados ao manejo e ao uso dos recursos hídricos.

5- Ecossistemas

A "Mesa-Redonda de Ecossistemas" da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água foi realizada em Brasília, Brasil, em 19 de março de 2018. A Mesa-Redonda foi moderada por Sua Excelência o Ministro Hassan Janabi (Recursos Hídricos do Iraque) e teve, como principais debatedores, Sua Excelência o Vice-Presidente do Comitê Estatal de Ecossistemas e Proteção da Natureza do Uzbequistão, Senhor Uktam Utaev, e Sua Excelência o Vice-Ministro Zhou Xuewen (Recursos Hídricos, China). A introdução temática foi apresentada pelo Prof. Stuart Bunn, em nome do Processo Temático do 8º Fórum Mundial da Água.

Principais questões discutidas:

- Proteger os ecossistemas de água doce e seus serviços em um contexto de mudanças climáticas, aumento de eventos extremos, vulnerabilidade dos ecossistemas, elevação do nível do mar, redução da biodiversidade, crescimento populacional e expansão da urbanização.
- Reconhecer o meio ambiente como legítimo consumidor de água e garantir um fluxo ecológico básico.
- Equilibrar as necessidades humanas e as de conservação da natureza, a fim de manter, com esta, relações harmoniosas.
- Desenvolvimento de soluções baseadas na natureza; combinação de infraestruturas "verdes" e "cinzas".
- Instrumentos e estrutura legais para preservar, proteger e restaurar ecossistemas.
- Planos de ação nacionais e programas de financiamento, governo local, partes interessadas e envolvimento do público.
- Atenção especial ao contexto regional e transfronteiriço para enfrentar os desafios relacionados às águas compartilhadas.

- Estratégias de gestão da água integradas e adaptáveis para encontrar equilíbrio no atendimento de necessidades sociais, econômicas e ambientais, protegendo-se a saúde humana e os meios de subsistência, assim como de segurança alimentar e energética e da biodiversidade.
- Governança da água usando-se abordagens de vários níveis para melhoramento dos vínculos entre a gestão da água e a proteção dos ecossistemas.
- Cooperação e participação de formuladores de políticas, especialistas, partes interessadas e usuários em todos os níveis para aproveitamento dos benefícios das melhores práticas.
- Medidas preventivas e corretivas para controle da descarga de poluição e garantia do controle ecológico público.
- Valorização dos serviços ecossistêmicos.
- Suporte financeiro para países em desenvolvimento e potencial envolvimento do setor privado.
- Sistemas abrangentes de monitoramento da qualidade da água e criação de sistemas de alerta antecipado.
- Melhoria da resiliência sistêmica dos ecossistemas de água doce e promoção da conectividade de rios e corpos d'água.
- Conscientização pública como fator essencial para mudanças comportamentais e mudanças fundamentais nos modelos de uso da água.
- Promoção de abordagem "bottom-up" para aproveitamento dos benefícios do conhecimento e de práticas pragmáticas tradicionais.
- Reconhecimento da Convenção de Ramsar como uma ferramenta internacional para a proteção dos ecossistemas de zonas úmidas.

Principais mensagens políticas:

- Os ecossistemas são centrais para a discussão sobre a água e os ODS.
- Segurança da alocação de água para o meio ambiente e ecossistemas como prioridade.
- Importância da integridade ecológica e conectividade de rios e corpos d'água.
- Importância dos planos de controle de poluição na origem e políticas públicas de proteção aos ecossistemas.
- Proteção de territórios naturais e conservação da biodiversidade.
- Equilibrar as necessidades humanas e ambientais.

- Atenção aos desafios regionais e transfronteiriços no que respeita ao meio ambiente e à biodiversidade.
- Identificação e proteção de áreas ecológicas para mitigação do impacto das mudanças climáticas.
- O planeamento na área de recursos hídricos se beneficia de soluções integradas e melhores práticas para aperfeiçoamento dos serviços ecossistêmicos.
- Importância da melhor governança da água e mudanças nos modelos de consumo de água.
- Necessidade de iniciativas para áreas nacionais protegidas e melhores políticas de uso da terra.
- Importância da neutralização da perda de biodiversidade e restauração de ecossistemas relacionados à água.
- Utilização de sistema para autorização prévia de usuários de água.
- Monitoramento abrangente, pois "o que não se mede não pode ser gerenciado".
- Cooperação entre atores governamentais e não governamentais.
- Necessidade de cidades mais "verdes", financiamento adequado e tratamento de águas residuais.
- A gestão integrada da água e a cooperação transfronteiriça são fundamentais para minimizar os impactos nos recursos hídricos compartilhados.
- Necessidade de integração de políticas entre setores para abordar problemas relacionados à água e aos ecossistemas.
- Uma boa governança da água e cooperação entre todas as partes interessadas é fundamental para o sucesso e deve ser aperfeiçoada.
- A natureza deve fazer parte da solução para a gestão da água e segurança hídrica.
- Aprofundamento da conscientização e participação do público.

Áreas em que o trabalho adicional é necessário:

- Atenção especial às soluções baseadas na natureza.
- Melhoria da governança é chave para a conservação dos ecossistemas e o gerenciamento da água.

- Apoio financeiro adequado para que os países em desenvolvimento possam trabalhar na consecução dos ODS até 2030.
- Técnicas locais e tradicionais de gestão da água devem ser levadas em conta na pesquisa acadêmica e nas políticas governamentais.

6- Finanças

A "Mesa Redonda sobre Finanças" da Conferência Ministerial do 8º Fórum Mundial da Água foi realizada em Brasília, Brasil, em 19 de março de 2018. A Mesa Redonda foi moderada por Oswald Chanda, do Banco Africano de Desenvolvimento, e teve como debatedores principais "Ramón Jiménez, Ministro da Infraestrutura Pública, do Paraguai, e Pio Wennubst, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Suíça. A introdução temática foi apresentada por Frank Rojas, em nome do Processo Temático do 8º Fórum Mundial da Água.

Principais questões discutidas:

- Existe uma enorme lacuna entre os níveis atuais de investimento no setor de recursos hídricos e os montantes necessários para cumprir as metas de ODS, em particular o acesso universal aos serviços básicos de água e saneamento.
- A diferença é estimada em US\$ 98 bilhões por ano para os países em desenvolvimento, quase seis vezes os atuais níveis de investimento.
- Com as baixas taxas de juros de hoje, há uma janela de oportunidade de financiamento disponível para governos de países em desenvolvimento dispostos e capazes de criar um ambiente propício ao investimento.
- O investimento público continuará a desempenhar o papel principal na América Latina e na maioria das regiões do mundo, mas o déficit de financiamento só pode ser fechado com mais investimentos do setor privado.
- Um portfólio diversificado de medidas é necessário para criar um ambiente propício à multiplicação dos investimentos públicos e privados e tornar os projetos de infraestrutura de água mais "bancáveis".
- Tanto para o financiamento público como para o privado, uma questão fundamental é que os serviços de água estão fortemente subvalorizados em todo o mundo, e as contas de água geralmente não refletem os custos de

capital. Isso precisa ser corrigido para esclarecer o retorno dos investimentos em infraestrutura e a recuperação de custos dos investimentos de longo prazo.

- Os subsídios atuais beneficiam principalmente as classes média e alta, que são os maiores consumidores e vivem em locais bem servidos com infraestrutura. Os mais pobres continuam desassistidos porque as baixas tarifas desestimulam mais investimentos em infraestrutura para água e saneamento para chegar aos subúrbios e áreas rurais. Ao corrigir o preço dos serviços de água (não da água em si), os governos devem, ao mesmo tempo, fornecer subsídios mais direcionados e eficientes para garantir a acessibilidade aos mais pobres e garantir o direito de acesso à água para todos.
- Modelos e práticas de negócio bem sucedidos, regulamentares e operacionais devem ser estudados e replicados, incluindo classificações de crédito de serviços públicos, tarifas de serviços ambientais, gestão descentralizada, financiamento combinado, estabilidade política em longo prazo, cooperação transfronteiriça, PPPs e outros.
- A cooperação internacional é fundamental, pois a maioria das bacias e recursos hídricos é compartilhada por fronteiras nacionais. Em muitos casos, essas fronteiras também são locais de conflito. A paz e a cooperação são necessárias para permitir investimentos. Exemplos de cooperação internacional entre regiões, países adjacente e a montante abundam na África e no sul da Ásia.
- Além do próprio financiamento, uma adequada capacidade precisa ser construída e fortalecida nos países em áreas de gerenciamento e credibilidade de serviços públicos, desenvolvimento e implementação de projetos, entre outros, para uma prestação de serviços rápida.

Principais mensagens políticas

- Há investimentos inadequados em gerenciamento e infraestrutura de água há décadas. Atingir a meta do SDG6 exigirá de 5 a 6 vezes os níveis atuais de investimento e exigirá uma abordagem holística de recursos para o mar.
- Embora o investimento público permaneça fundamental, incluindo financiamento público regular e financiamento de bancos internacionais de desenvolvimento e outras instituições públicas nacionais, regionais e multilaterais, serão necessários recursos do setor privado para preencher a lacuna. O financiamento combinado continua sendo uma opção fundamental para otimizar os investimentos a partir dos limitados recursos disponíveis.
- Para atrair mais investimentos, os países precisam repensar o preço dos serviços de água, por um lado, precificando os serviços de água de forma realista e transparente para fazer a transição completa dos custos de projetos de infraestrutura de longo prazo e, por outro lado, prover subsídios de maneira

eficiente e direcionada com concessão de financiamento aos mais pobres, a fim de garantir o acesso universal e o direito à água.

- Quanto à vontade política dos governos nacionais, os países precisam estabelecer políticas e legislações que promovam modelos de boa governança e marcos regulatórios, o que será fundamental para atrair investimentos para o setor de água.
- O planejamento de investimentos em nível de país, destacando lacunas e investimentos necessários projetados, possibilitará que os ministros de água construam uma forte defesa argumentativa para os investimentos junto aos ministros das finanças.
- Além de serem fornecedores de fundos, instituições financeiras nacionais, regionais e multilaterais e parcerias público-privadas também podem desempenhar um papel importante no fornecimento de instrumentos de mitigação de riscos, de capacitação e como um fórum de convocação para promover a cooperação internacional e a melhor coordenação interna (por exemplo, entre ministérios de água e finanças).
- A cooperação internacional em bacias hidrográficas transfronteiriças é fundamental para garantir a estabilidade para atrair investimentos.
- Investimentos pesados em cooperação técnica e capacitação serão necessários para permitir maior absorção e implementação de maiores níveis de investimento em níveis nacionais. Parcerias com organizações relevantes são fundamentais para melhorar o desenvolvimento da capacidade.

Áreas onde o trabalho adicional é necessário

- Exame do impacto específico da revisão de tarifas de serviços na agricultura, um grande consumidor de água, para promover o seu uso eficiente.
- Melhorar a análise dos melhores modelos econômicos e de planejamento para os investimentos em infraestrutura de longo prazo.